

LEI MUNICIPAL Nº. 201 DE 10 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a dar em Concessão de Serviço Público a operacionalização de Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos Sólidos e a conceder o Uso dos Bens Públicos que menciona e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe,

Faço saber que a Câmara Municipal de Itapagipe, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de serviço público, gratuita ou onerosa, a operacionalização de sistema de processamento e aproveitamento de resíduos sólidos, pelo prazo de até 10 (dez) anos, prorrogável uma vez, por até igual período.

§ 1º O processamento e comercialização de resíduos sólidos, serão provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, bem como os resíduos de limpeza pública, compreendendo operacionalização de uma Usina de Processamento, Reciclagem e Compostagem de Lixo.

§ 2º O Município se resguarda o direito de, havendo interesse justificado e relevante ou, sendo ignorada a finalidade desta concessão, revogá-la, sem que caiba qualquer tipo de indenização à beneficiada.

Art. 2º A formalização da concessão de que trata o artigo anterior deve ser objeto de contrato de concessão.

Parágrafo único. O contrato referido no *caput* submete-se às regras estabelecidas na proposta do edital de concorrência pública.

Art. 3º A concessão autorizada por esta Lei deve obedecer às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato administrativo para a concessão de uso dos bens públicos que menciona:

I – BENS IMÓVEIS:

a) UMA GLEBA DE TERRAS, com área de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados) ou 01,50,00ha. (um hectare e cinquenta ares) encravado na Fazenda Lageado, situada neste município de Itapagipe com área total de 09,33,02ha. (nove hectares, trinta e três ares e dois centiares) de propriedade da Prefeitura Municipal de Itapagipe - Matrícula nº 8.505 do Registro Imobiliário de Itapagipe/MG, com a seguinte descrição: “começam estas divisas em um marco cravado na margem direita da faixa de domínio da MG 255, KM 43, deste marco segue confrontando com Ana Cristina Queiroz Leite e Ana Beatriz Queiroz Leite com os seguintes rumos e distancias: 24°26’16” NE-SW, 100,00 m; 65°33’44” SE-NW 150,00 m, indo assim encontrar outro marco, deste marco segue a direita confrontando com o Município de Itapagipe com rumo de 24°26’16” NE-SW e distancia de 100,00 m indo assim encontrar a

margem direita da faixa de domínio da MG 255, deste marco segue confrontando com a faixa com rumo de 65°33'44" SE-NW e distancia de 150,00 m indo assim encontrar o marco inicial."

b) USINA DE COMPOSTAGEM, instalada no imóvel acima descrito com as seguintes unidades:

- 1) Um prédio para o escritório de apoio da unidade com área de 116,27 M2 (cento e dezesseis metros e vinte e sete centímetros quadrados);
- 2) Um prédio para o escritório central da unidade com área de 68,25 M2 (sessenta e oito metros e vinte e cinco centímetros quadrados);
- 3) Um galpão coberto em estrutura metálica para desembarque de lixo com área de 68,25 M2 (sessenta e oito metros e vinte e cinco centímetros quadrados)
- 4) Um galpão para abrigo de uma esteira de separação de lixo com área de 106,75 M2 (cento e seis metros e setenta e cinco centímetros quadrados);
- 5) Um Galpão para coleta e tritura de lixo orgânico com área de 35,00 M2 (trinta e cinco metros quadrados)
- 6) Um galpão para armazenagem e expedição com área de 142,50 M2 (cento e quarenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados);
- 7) Um galpão para pesagem e prensagem de recicláveis, com área de 47,50 M2 (quarenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados);
- 8) Um Galpão para baias de produtos separados, com área de 222,51 M2 (duzentos e vinte e dois metros e cinquenta e um centímetros quadrados);
- 9) Um leito para secagem e compostagem de resíduo orgânico com área de 2.000,00 M2 (dois mil metros quadrados).

II – BENS MÓVEIS:

- a) Uma balança eletrônica com placa nº 5897 do patrimônio do município de Itapagipe/MG.
- b) Um elevador para fardos com placa nº 5898 do patrimônio do município de Itapagipe/MG.
- c) Uma esteira de 15,00 metros com placa nº 5899 do patrimônio do município de Itapagipe/MG.
- d) Uma prensa enfardadeira hidráulica PEH -1025 SS NR-12 com placa nº 5900 do patrimônio do município de Itapagipe.

Art. 5º A concessão de uso dos bens públicos descritos no art.4º, se dará pelo prazo de até 10 (dez) anos, prorrogável uma vez, por até igual período e deverá ser utilizada com a finalidade de proceder à triagem, reciclagem e compostagem do resíduo sólido domiciliar ou equiparado coletado no Município de Itapagipe cabendo a este, complementar o necessário para a consecução deste objetivo.

Art. 6º A concessão de uso constitui-se por contrato administrativo, por prazo determinado e obedecerá às normas constantes nos artigos 8.º, V, XVII; 65, VI e 92 § 3.º, todos da Lei Orgânica do Município, a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 com suas alterações e as demais legislações pertinentes ao instrumento.

Art. 7º Em caso de destinação diversa ao preceituado na presente Lei, os bens reverterão automaticamente ao poder concedente, sem qualquer direito a indenização pelas benfeitorias realizadas pela concessionária.

§ 1º Fica a cargo da concessionária o pagamento de todos e quaisquer despesas:

I - com impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel objeto da presente autorização;

II - com direitos e encargos trabalhistas e previdenciários;

III - de água, luz, telefone, internet e etc., oriundas da instalação e funcionamento da empresa concessionária.

§ 2º A concessionária se obriga a desenvolver, operacionalizar e acompanhar a execução de projetos de triagem, reciclagem e compostagem do resíduo sólido domiciliar ou equiparado.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à concessão de uso serão objeto de contrato, devendo no contrato constar, obrigatoriamente, cláusula de reversibilidade das áreas concedidas e das benfeitorias nelas construídas, bem como dos equipamentos, caso não seja utilizada para os fins previstos nesta Lei.

Art. 9º As concessões de que trata a presente Lei ficam condicionadas à observância de todas as Leis, normas e regras ambientais, de saúde pública, higiene e segurança do trabalho e obtenção de licença perante os órgãos competentes.

§ 1º O não cumprimento da exigência deste artigo revogará de imediato as concessões de que trata esta Lei, sem qualquer indenização à concessionária.

§ 2º O Município anualmente, verificará o cumprimento dos objetivos das concessões, do cumprimento das cláusulas do contrato e normas ambientais e de saúde pública, podendo proceder na forma do parágrafo anterior caso a finalidade não seja cumprida.

Art. 10. A concessionária fica autorizada a firmar parcerias, convênios e/ou contratos com outras empresas, associações e/ou instituições de ensino, pública ou privadas, para a execução dos objetivos destas concessões, desde que sem ônus para o Município.

Art. 11. Esta Lei poderá ser regulamentada por ato próprio do Executivo Municipal.

Art. 12. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 118 de 21 de novembro de 2013, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 10 de abril de 2017.

BENICE NERY MAIA
Prefeita Municipal